



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 25 de junho de 2012

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Mercosul afasta Paraguai de reunião de cúpula e vê ruptura.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Fórum criado na Rio+20 vigiará compromissos .....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Paraguai vai ser suspenso da Unasul e do Mercosul .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Paraguai será suspenso do Mercosul até eleições.....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Entrada de produtos importados perde força .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Fabricantes de motos pedem incentivo .....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> "A guerra fiscal pode virar guerra civil", diz Calabi .....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mercosul afasta Paraguai de reunião de cúpula e vê ruptura</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Bloco expressa enérgica condenação" ao impeachment de Lugo, que denunciou "golpe"; Franco defende medida**

O **Mercosul** suspendeu o Paraguai da cúpula prevista para esta semana em Mendoza, na Argentina. A decisão foi tomada por consenso dos nove integrantes e observadores do bloco **regional** em razão da "ruptura da ordem democrática", segundo nota divulgada pela chancelaria argentina. A decisão veio no momento em que o novo presidente, Federico Franco, e o deposto, Fernando Lugo, falavam que participariam da reunião. Ontem, na primeira entrevista após a saída, Lugo qualificou de "golpe" seu afastamento e disse haver acatado a decisão do Legislativo para evitar um "banho de sangue". O Itamaraty informou que todos os acordos comerciais estão mantidos.

**Mercosul retira Paraguai de reunião de cúpula e Lugo faz denúncia de golpe**

**ROBERTO SIMON, ENVIADO ESPECIAL / ASSUNÇÃO - O Estado de S.Paulo**

O Paraguai está suspenso da cúpula desta semana do **Mercosul**, em Mendoza, anunciou ontem a chancelaria da Argentina, a anfitriã do encontro. Tomada em consenso pelos nove integrantes e observadores do bloco, a decisão é uma resposta à "ruptura da ordem democrática" em Assunção, diante do impeachment relâmpago do presidente Fernando Lugo, na sexta-feira.

O comunicado da diplomacia argentina afirma ainda que os países do **Mercosul** "expressam sua mais enérgica condenação" à deposição de Lugo. "Medidas adicionais" contra o governo de Federico Franco, que assumiu o poder,

serão discutidas pelos chefes de Estado da região, na reunião de sexta-feira.

Os integrantes do bloco afirmam que, com a destituição de Lugo, o Paraguai violou o chamado Protocolo de Ushuaia, mecanismo que condiciona a participação de um país no **Mercosul** à "plena vigência das instituições democráticas". Ao longo do dia de ontem, declarações dos lados que disputam o poder em Assunção indicavam que "dois Paraguais" estavam a caminho de Mendoza. Tanto Lugo quanto Franco haviam confirmado presença na cúpula.

Falando a jornalistas diante de sua casa, o líder deposto voltou a qualificar de "golpe" a manobra que culminou na sua destituição. Questionado sobre por que reconheceu a derrota no Legislativo e deixou o governo, Lugo disse que quis "evitar um banho de sangue".

O presidente deposto afirmou que não reconhece a legitimidade do governo Franco e avisou: "Nós vamos estar esta semana no **Mercosul**". O Paraguai ocupa a presidência rotativa da Unasul e Lugo disse ter conversado com o presidente do Peru, Ollanta Humala - o próximo da fila a assumir o cargo -, para que a transmissão do poder fosse antecipada para esta semana.

No prédio da chancelaria paraguaia, o recém-indicado ministro das Relações Exteriores, José Felix Fernández, também dizia ontem à tarde que o governo Franco "estará em Mendoza". "Vamos solucionar nossas diferenças conversando com nossos vizinhos e amigos."

Partidários de Lugo ocupavam ontem a sede da TV estatal, que se tornou o principal foco de resistência ao novo governo.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO <b>Fórum criado na Rio+20 vigiará compromissos</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Fórum criado na Rio+20 fiscalizará o cumprimento de compromissos

Atendendo interesse do Brasil de reforçar multilateralismo, órgão político da ONU cobrará a realização de metas de desenvolvimento sustentável

**LOURIVAL SANTANNA , ENVIADO ESPECIAL / RIO - O Estado de S.Paulo**

A declaração final da Rio+20 contém 23.917 palavras. Apenas duas vezes aparece a palavra que define o resultado palpável de uma negociação: "decidimos". Os outros parágrafos começam com "reafirmamos", "reconhecemos" e equivalentes. As duas decisões se referem à criação do Fórum de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável.

Esse novo fórum é a expressão objetiva de um ganho intangível perseguido há décadas pela política externa brasileira: o avanço do multilateralismo. Ele substituirá a inofensiva Comissão do Desenvolvimento Sustentável, criada na Eco-92. Sua função será fiscalizar o cumprimento de compromissos sobre desenvolvimento sustentável assumidos na Agenda 21 (firmada na Eco-92), no Plano de Johannesburg (na Rio+10) e noutras conferências subsequentes, culminando na Rio+20.

A declaração lança um "processo de negociação aberto, transparente e inclusivo sob a Assembleia-Geral (da ONU) para definir o formato do fórum de alto nível e aspectos organizacionais com o objetivo de reuni-lo no começo da 68ª sessão da Assembleia-Geral (em setembro de 2013)".

A criação de um órgão político da ONU com dentes voltado para o desenvolvimento sustentável atende ao mesmo tempo a dois objetivos do Brasil: reforçar o multilateralismo e criar condições para cobrar de todos os países, mas especialmente dos ricos em geral e dos Estados Unidos em particular, que façam a sua parte.

"A criação do fórum gera esperança de que as Nações Unidas possam trabalhar com a questão do desenvolvimento sustentável num outro patamar", disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. "Esperamos que o fórum de alto nível não só seja responsável pela avaliação da implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas que

traga para a centralidade das questões da geopolítica internacional e do multilateralismo a discussão do desenvolvimento sustentável."

O fato de uma ministra de Meio Ambiente enfatizar um aspecto geopolítico quando faz o balanço da Rio+20 não é casual. A Rio+20 foi uma conferência sobre o meio ambiente. Mas, como acontece todas as vezes em que dois ou mais países se reúnem, os interesses de Estado se sobrepõem a todos os outros.

Prioridade. O fortalecimento do multilateralismo é prioridade da política externa brasileira desde sempre. A razão é simples: o Brasil não é nem será, num horizonte visível, uma superpotência militar ou econômica. Sua projeção global depende de sua liderança política, baseada em sua capacidade de articular posições com outros países e de apresentar credenciais que o elevem à condição de modelo - em esferas como meio ambiente, inclusão social e direitos humanos. Isso só é possível num ambiente multilateral.

O êxito do Brasil na Rio+20, ou o êxito da Rio+20 para o Brasil, é visto pelo governo desse ponto de vista. "O grande ganho dessa conferência é o multilateralismo", disse Izabella. "É difícil construir consensos. Essa é uma das coisas mais ricas das Nações Unidas. É complicado, é complexo. Porque temos de falar e saber ouvir e, com base na posição de todos, construir o consenso."

Em muitos momentos da Rio+20, os agradecimentos de representantes de outros países e da ONU pela "liderança" exercida pelo Brasil foram além das declarações protocolares que se fazem normalmente aos anfitriões. Muitas vezes vieram carregados de menções das credenciais brasileiras.

"Os grandes esforços do Brasil demonstram, mais uma vez, que o Brasil continua um país profundamente dedicado à causa das Nações Unidas e é uma ponte entre o Norte e o Sul", declarou, por exemplo, Nassir Abdulaziz Al-Nasser, do Catar, o atual presidente da Assembleia Geral da ONU, na abertura da cúpula, na quarta-feira. "Mais que isso, demonstra que o Brasil está dedicado a fazer uma contribuição original à comunidade internacional, demonstrando como um país em desenvolvimento pode ao

mesmo tempo perseguir com sucesso a prosperidade material, a justiça social e o bem-estar ambiental."

No sistema internacional, o poder é um jogo de soma zero. Para um país ganhar influência, é preciso que outro a perca. Na Rio+20, isso ficou evidente na participação opaca da secretária de Estado americana, Hillary Clinton. Ela não disse uma palavra sobre o tema-chave da conferência: a

necessidade de mudança dos padrões de consumo. Com 4% da população do mundo, os EUA emitem 18% do dióxido de carbono. Hillary preferiu anunciar - unilateralmente - programas de ajuda aos países pobres. Mas a premissa de que os países ricos fazem certo e os pobres devem imitá-los já não cola - nem na economia nem no meio ambiente.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Paraguai vai ser suspenso da Unasul e do <u>Mercosul</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**O Brasil e os demais países sul-americanos decidiram suspender o Paraguai do Mercosul e da Unasul até as eleições presidenciais previstas para abril de 2013.**

É uma resposta ao impeachment-relâmpago do presidente Fernando Lugo. Os vizinhos também querem desencorajar processos similares na região.

Brasil e vizinhos vão suspender Paraguai de Unasul e **Mercosul**

Reação dos países à destituição de Fernando Lugo visa desencorajar processos similares em parceiros da região

Chamado para consultas, o embaixador do **Brasil** em Assunção pode ficar em Brasília até o fim da gestão Frederico Franco

NATUZA NERY

JÚLIA BORBA

O **Brasil** e as demais nações da América do Sul decidiram suspender o Paraguai do **Mercosul** e da Unasul até as eleições presidenciais previstas para abril do ano que vem. Em comunicado ontem à noite, a Chancelaria da Argentina confirmou a suspensão.

A ideia, costurada no fim de semana, é uma resposta ao impeachment-relâmpago do presidente Fernando Lugo, na sexta passada. Os vizinhos querem desencorajar ações similares na região.

Em reunião com ministros anteontem, a presidente Dilma Rousseff foi informada sobre rumores de que Frederico Franco -o vice que se tornou mandatário em 30 horas- pretende antecipar as eleições de 2013 para este ano.

Convocado para consultas pelo Itamaraty -sinal diplomático de reprovação- o embaixador do **Brasil** em Assunção, Eduardo dos Santos, pode permanecer em Brasília até o fim da gestão Franco.

Não se sabe qual efeito terá o isolamento paraguaio do **Mercosul** e da Unasul (União de Nações Sul-Americanas). Espera-se que a suspensão pressione o atual governo.

Nos bastidores, quase ninguém crê em reversão do quadro paraguaio. Para ministros e a própria Dilma, Lugo não buscou nem conseguiu mobilizar a população -na reunião, ele foi comparado a Manuel Zelaya, presidente hondurenho deposto em 2009, que resistiu por meses.

O encontro que decidirá o destino imediato do Paraguai está marcado para a próxima sexta, durante reunião do **Mercosul**, na Argentina. O novo governo paraguaio deve ficar de fora, mas Lugo afirmou que participará do evento.

As relações comerciais com o Paraguai são tradicionalmente favoráveis ao Brasil. Por conta do **Mercosul**, porém, o fluxo comercial se acelerou. Em 2011, as transações entre os dois países bateram recorde (US\$ 3,684 bilhões).

Apesar do desejo de Dilma de desencorajar outros países a seguir o caminho do Paraguai, não há no governo brasileiro nenhuma vontade de retaliar sozinho o governo Franco. Por ordem do Planalto, o **Brasil** só adotará decisões coletivas e no âmbito de organismos multilaterais.

#### **PUNIÇÃO VENEZUELANA**

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, suspendeu o envio de petróleo da estatal PDVSA, na primeira sanção econômica a Franco, e decidiu retirar seu embaixador de Assunção, medida também tomada pelo Equador. Chile e Peru convocaram seus embaixadores para consultas.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Paraguai será suspenso do <u>Mercosul</u> até eleições</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Medida é defendida por Dilma e pode atrasar investimentos no país

Numa reação inédita, os líderes dos países sul-americanos decidiram suspender o Paraguai do Mercosul e da Unasul como punição pelo impeachment do presidente Fernando Lugo, condenado como "quebra da normalidade democrática". A medida, defendida pela presidente Dilma Rousseff, pode atrasar investimentos no país e será oficializada na cúpula do Mercosul em Mendoza, na Argentina, no fim de semana, valendo até as eleições no Paraguai, em abril de 2013. A Venezuela já suspendeu o fornecimento de petróleo. Ontem, Lugo disse ter sido vítima de um golpe parlamentar e afirmou só ter acatado a destituição para evitar um banho de sangue.

### Vizinhança de portas fechadas

Mercosul e Unasul suspenderão Paraguai e país pode perder acesso a fundos regionais

Danilo Fariello, Fernanda Krakovics, Flávio Freire\* e Janaína Figueiredo\*\*

FEDERICO FRANCO, novo presidente paraguaio, participa de missa no domingo

O impeachment do presidente Fernando Lugo desencadeou a mais contundente reação coordenada já registrada na História recente da América do Sul. Ontem, os governos dos países da região decidiram suspender o Paraguai do Mercosul e da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) em razão do que consideram um golpe de Estado realizado de forma a parecer legal. A retaliação durará até abril de 2013, quando terminaria o mandato de Lugo e novas eleições serão realizadas. A presidente Dilma Rousseff é defensora da ideia, mas como o Brasil tem mais interesses econômicos e geopolíticos no Paraguai, deixará a Argentina tomar a frente do processo. O desligamento do país - inédito para um membro das duas organizações -- deve ser anunciado no próximo final de semana, em reunião do Mercosul em Mendoza (Argentina), da qual o novo governo, presidido pelo liberal Federico Franco, será impedido de participar.

No sábado, um dia após o impeachment de Lugo num processo que correu em rito sumário, os três outros membros do Mercosul - Brasil, Uruguai e Argentina - anunciaram que seus embaixadores tinham sido convocados para consultas. Até ontem, a medida já tinha sido adotada por ao menos mais quatro países. A Venezuela determinou a suspensão do fornecimento de petróleo. O Equador chegou a propor o fechamento de fronteiras.

Numa avaliação partilhada por outros governos, o Brasil considerou que o amplo direito de defesa do presidente não fora assegurado no processo, conforme nota do Itamaraty divulgada na noite de sábado após reunião de Dilma com os ministros Antonio Patriota (Relações Exteriores), Celso Amorim (Defesa) e Edison Lobão (Minas e Energia). O impeachment de Lugo, dizia o texto, é uma "ruptura do processo democrático".

### País depende de recursos externos

Perguntado sobre as decisões de Brasil e Uruguai de convocar seus embaixadores, o novo chanceler paraguaio, José Félix Fernández Estigarribia, considerou a iniciativa "algo comum, que acontece com frequência no mundo diplomático". Seu país, diz ele, está firme no propósito de participar da cúpula do Mercosul na sexta-feira.

- Estamos em plena legalidade e continuaremos insistindo, pois cremos que nosso lugar é o Mercosul - enfatizou ao GLOBO Estigarribia.

O chanceler passou o fim de semana tentando comunicar-se com representantes diplomáticos dos países vizinhos. Até ontem ninguém havia retornado seus telefonemas. Ele também teria conversado com membros da Unasul, mas nenhum dos governos do bloco regional manifestou seu respaldo ao novo presidente.

- Já fomos reconhecidos pelo Canadá, Vaticano, Espanha e Alemanha.

O Paraguai é o país mais favorecido pelo Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem, na sigla em espanhol). Está em curso um investimento para construção de uma linha de transmissão de alta tensão a partir de Itaipu e ampliação de subestação que soma US\$ 550 milhões, dos quais US\$ 400 milhões são do Focem. Há outros projetos,

sobretudo envolvendo estradas. A suspensão do país do **Mercosul** pode implicar atrasos nessas obras.

Os recursos externos são de extrema importância, uma vez que a carga tributária paraguaia, de menos de 10% do Produto Interno Bruto (**PIB**), não faz sobrar dinheiro para investimentos em infraestrutura.

O **Brasil** não pretende, por enquanto, aplicar sanções econômicas, como a suspensão do repasse de recursos da usina de Itaipu. Além de se preocupar com sua imagem de imperialista na América do Sul, o argumento brasileiro é não prejudicar o povo paraguaio. Nesse contexto, Brasília **monitora** a possibilidade de a Argentina usar a crise como pretexto para bloquear a hidrovia Paraguai-Paraná.

Na reunião com seus ministros, anteontem, a presidente Dilma decidiu manter integralmente, por ora, o fluxo de energia de Itaipu, a circulação na fronteira, a **exportação** de petróleo e até o ritmo de **importações** do Paraguai via porto de Paranaguá (PR).

A presidente fala desde quinta-feira por telefone com colegas da região sobre o caso paraguaio e defende que nenhum país tome medidas isoladamente, ao menos não antes da reunião do **Mercosul**. Na ocasião, o **Brasil** deverá apoiar travas legais, para que eventos similares não voltem a ocorrer.

A Venezuela, entretanto, anunciou que suspenderá o fornecimento de petróleo ao país. O presidente da estatal Petróleos Paraguaio (Petropar), Sergio Escobar, disse que o corte não deve causar prejuízos, uma vez que o país tem hoje uma reserva de 130 mil metros cúbicos de combustível - além de 25 mil no setor privado - o que garante a provisão nos próximos dois meses. Além disso, afirmou, o contrato com a Trafigura, baseada em Londres, garante 70 mil metros cúbicos de combustível por mês, o que seria suficiente para atender a demanda. O Paraguai também tem acordo com a Petrobras, que fornece 32 mil metros cúbicos.

\*Enviado especial a Assunção, \*\*Correspondente, Buenos Aires

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Entrada de produtos <u>importados</u> perde força</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Por Marta Watanabe | De São Paulo

A desaceleração do volume de importação se acentuou nos cinco primeiros meses deste ano e reduziu o descompasso com a produção física industrial. De janeiro a maio deste ano, a quantidade de produtos importados cresceu apenas 2,3%, na comparação com os mesmos meses de 2011. No mesmo período do ano passado, a elevação havia sido de 14,2%. A desaceleração menor do preço médio dos importados compensou um pouco o efeito da redução de volume. Com crescimento de 4,2% no preço, o valor total da importação de janeiro a maio deste ano aumentou em 6,4%. Os dados são da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

A comparação da média móvel em 12 meses revela o quanto a importação perdeu fôlego em termos de volume. Em maio do ano passado, a elevação em 12 meses atingiu 25,9%. Em maio deste ano, o crescimento caiu para 4,4%. Os preços tiveram comportamento inverso. No mesmo período, o preço médio dos importados saiu de alta de 7,7% para 10,2%.

O volume de importação de bens intermediários, que no ano passado crescia bem acima da produção física industrial, passou a ter evolução mais próxima ao desempenho do setor manufatureiro. Na média móvel de 12 meses encerrados em abril do ano passado, o quantum de intermediários importados crescia 26,6%, enquanto a produção industrial tinha elevação de 5,45%.

Na mesma comparação, em abril deste ano a produção industrial apresentou queda de 1,05%, enquanto a alta da quantidade importada de intermediários foi de 3,1%. Nos 12 meses encerrados em maio, o quantum dos intermediários caiu para 1,7%.

Para Edgard Pereira, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), essa aproximação entre o volume de intermediários importados e a produção industrial revela que os produtos comprados do exterior já foram incorporados à estrutura de produção nacional e tomaram uma parcela da oferta interna.

"Até o ano passado, tínhamos grande participação da importação oportunista, facilitada pelo câmbio, e um processo de substituição do produto nacional pelo importado." Com a importação já integrada na nova estrutura de produção e um real mais desvalorizado em relação ao dólar, diz Pereira, a tendência é que os volumes desembarcados evoluam em ritmo mais próximo ao do crescimento da economia.

José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que a desvalorização do real em relação ao dólar ainda não teve efeito nos desembarques até maio, mas deve começar ser sentida nos próximos meses. "Não haverá repasse total do câmbio para os preços em reais, já que deve haver negociação para dividir o custo adicional entre exportador e importador. Mas é uma desvalorização importante, que vai fazer diferença no preço e conter a importação."

A retomada do espaço perdido pelo produto nacional - seja dos intermediários ou dos bens de consumo - será diferenciada em cada setor e não deve ser imediata. "A compra de manufaturados do exterior é feita a longo prazo e os contratos estão em andamento. Ainda haverá muitos desembarques negociados há meses. Além disso, o importador brasileiro não deve romper a relação já feita com o fornecedor externo. A tendência é que ele fique com um pé lá fora e outro dentro do país", diz Castro.

Pereira também não acredita em um efeito tão imediato. A evolução do câmbio a partir de agora deve ter papel importante. "Se metade do que uma indústria vende hoje no país é importada, essa participação não mudará instantaneamente.

"Ela já fez mudanças estruturais. Se deixou de fabricar algo para importar, por exemplo, ela não irá reativar essa produção, a menos que o preço do dólar realmente se consolide no patamar de R\$ 2,00", diz Pereira. Segundo ele, isso deve acontecer somente em um prazo mais longo, de quatro a cinco anos. "É preciso lembrar que há outros fatores de competitividade que fazem diferença, e que ainda não foram alterados, como carga tributária, custo de salários e energia."

Para Welber Barral, sócio da Barral M Jorge Associados, a desvalorização do real pode ajudar alguns setores a competir melhor com os **importados** ou permitir maior rentabilidade nas **exportações**. Mas acredita que o câmbio pode não ser suficiente para a recuperação de alguns segmentos mais intensivos em mão de obra.

Dados da Funcex mostram que a queda na quantidade dos **importados** não é uniforme. Enquanto o volume médio **importado** de janeiro a maio cresceu 2,3% em relação aos mesmos meses de 2011, o quantum desembarcado em vestuário teve elevação de 30,9%.

Por categoria de uso, os bens de consumo não duráveis fecharam o quadrimestre com alta de 12,9% na quantidade **importada**. Para Rodrigo Branco, da Funcex, o desempenho se deve à menor elasticidade desses bens em relação à demanda. "Como são bens com valor unitário relativamente

baixo, demoram mais para responder a um recuo de demanda."

A desaceleração na quantidade **importada** foi puxada pelos intermediários, que tiveram queda de 0,8%, e pelos bens de consumo duráveis, que sofreram redução de 8,2%. Para Barral, a queda no volume de duráveis está relacionada aos automóveis e ao impacto da alta do IPI em 30 pontos percentuais para veículos **importados**.

O preço dos duráveis comprados de fora, porém, foi o que mais aumentou no acumulado de janeiro a maio, quando se compara as **importações** por categoria de uso. A alta de preço dos duráveis foi de 8,4%. Para Castro, isso também foi efeito da elevação de IPI sobre **importados**, que afetou o desembarque dos carros **importados** da Coreia e da China, de menor valor.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Fabricantes de motos pedem incentivo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Eduardo Laguna | De São Paulo

**Não contemplados no pacote de socorro lançado no mês passado para as montadoras de carros - que combinou cortes de impostos e medidas para destravar o crédito -, os fabricantes de motocicletas começaram a negociar incentivos com o governo, na tentativa de reverter a queda de 13% das vendas neste ano.**

Na semana passada, representantes da Abraciclo - entidade dos fabricantes de motos nacionais - estiveram em Brasília para discutir o tema. A primeira reunião aconteceu terça-feira no **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**.

No momento, um conjunto de propostas está sendo formatado com a **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)** e deve ser entregue de volta ao governo em até 15 dias. "A ideia é estruturar uma política mais ampla ao setor. Estamos confiantes nisso", conta Alessandro Teixeira, secretário executivo do **MDIC**, que participou do encontro.

A exemplo do que foi feito em 2010, na tentativa de reaquecer o setor na esteira da crise financeira internacional, os fabricantes de motos do país querem derrubar para zero a alíquota da Cofins, que hoje está em 3%.

Também vêm discutindo saídas para destravar o crédito, o que inclui uma participação mais agressiva dos bancos públicos nos financiamentos de motocicletas. As restrições dos bancos - tidas como fator determinante para a queda do **mercado** nos últimos meses - têm sido o tema central nas reuniões em Brasília.

Contudo, sem ter uma resposta imediata do governo, que já teve que renunciar a R\$ 2,1 bilhões com os recentes cortes de IPI e IOF para estimular o **mercado** de carros, os representantes da Abraciclo saíram frustrados da primeira reunião com o **MDIC**.

Além de Teixeira e o presidente da entidade, Marcos Fermanian, participaram do encontro o **Superintendente da Zona Franca de Manaus**, Thomaz Nogueira, e o diretor-executivo da Abraciclo, José Eduardo Gonçalves. Antes disso, no fim da semana anterior, representantes das montadoras

estiveram reunidos na capital paulista para fechar os pontos que seriam apresentados.

Os interlocutores da indústria relataram o momento delicado para as vendas e a dificuldade em cumprir com as metas traçadas para o ano: de crescimento de 5% tanto do **mercado** quanto da **produção**. Também alertaram para o risco que a deterioração do consumo impõe sobre a ocupação de mais de 21 mil trabalhadores no polo industrial do setor de duas rodas na **Zona Franca de Manaus**, onde estão as fábricas de motos.

O governo já deu apoio à competitividade das montadoras nacionais ao anunciar, no fim do mês passado, o aumento do IPI de 15% para 35% para as motos **importadas**, cuja penetração vinha sendo crescente no **mercado** de baixa cilindrada. Agora, as negociações se concentram em medidas para estimular a demanda.

Quinto maior fabricante de motos do mundo, atrás apenas dos grandes **mercados** asiáticos - China, Índia, Indonésia e Tailândia -, e com um faturamento anual próximo a US\$ 7 bilhões, o polo duas rodas de **Manaus** teve que ajustar a atividade a um **mercado** mais retraído (veja gráfico).

Paradas de **produção** foram realizadas nos últimos meses pelas montadoras da região, incluindo a Honda, que é dona de aproximadamente 80% do **mercado** e capaz de fabricar uma motocicleta a cada oito segundos em **Manaus**.

Segundo o sindicato local, 1,3 mil demissões foram contabilizadas nas fábricas de motocicletas entre janeiro e maio, 72,6% a mais do que no mesmo período de 2011. Sensível à maior seletividade dos bancos - principalmente para a população de baixa renda, que responde pela maior parcela do consumo de motos -, as vendas já cederam 13,1% e a **produção**, 9,7%.

Ao anunciar no início do mês mais uma contração das vendas em maio - da ordem de 22,5% na comparação anual -, a Abraciclo apontou que, mantidas as atuais condições, o setor poderá não repetir neste ano a marca recorde de mais de 2 milhões de motos vendidas no ano passado.

Em 2010, quando o problema também era crédito, o governo zerou a alíquota da Cofins para as motos de até 150 cilindradas (responsáveis por 90% das vendas) e lançou uma linha de crédito especial de R\$ 3 bilhões, via Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

O estímulo entrou em vigor em janeiro de 2010, mas foi anunciado em dezembro de 2009, entre as últimas medidas do governo para manter a economia aquecida após a crise

financeira global. A indústria de motos, contudo, penou para reagir e só conseguiu recuperar os níveis pré-crise em 2011.

No ano passado, a **produção** subiu 16,7%, para 2,13 milhões de unidades, enquanto a venda no atacado - da montadora para a loja - avançou 12,4%, chegando a 2,04 milhões de motocicletas.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO "A guerra fiscal pode virar guerra civil", diz Calabi		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Secretário de Fazenda de São Paulo explica o motivo que levou o Estado a negar o pagamento de R\$ 15 bilhões em créditos fiscais**

**Gustavo Machado**

O secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, afirma estar estafado com a guerra fiscal promovida pelas outras unidades da federação.

Segundo ele, existe uma distorção econômica que prejudica não só os estados que são obrigados a pagar os créditos do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**), mas a autonomia dos próprios, que acabam por dependerem maior parte dos repasses do **Governo Federal**.

Em entrevista exclusiva ao **Brasil ECONÔMICO**, o secretário denuncia a prática que levou São Paulo a negar o pagamento de R\$ 15 bilhões em créditos dados irregularmente em incentivos fiscais.

Em um momento de claro desconforto, Andrea Calabi faz um desabafo: "Só nos resta pegar em armas. Essa guerra fiscal está para se tornar uma guerra civil!"

Segundo um levantamento feito pela Secretaria da Fazenda, desde o ano 2000, mais de 40 dispositivos legais foram criados para beneficiar por meio dos créditos de **ICMS** industriais e **importadores** na grande maioria dos estados brasileiros.

Os dispositivos, na sua maioria, no entanto, foram arquitetados sob a forma de decretos, sem necessidade de serem aprovados nas Câmaras Legislativas.

Calabi, no entanto, não se posiciona contrário aos incentivos que outras unidades possam dar, mas que sejam feitos de maneira que o estado de destino não seja obrigado a ressarcir o empresário pelos créditos fornecidos pelos de origem da **mercadoria**. "Há uma distorção. Um estado dá 75% de crédito sobre o **ICMS** devido, mas o empresário declara na nota que pagou 100% ou os 12% relativos do imposto e me cobra os créditos que o outro estado deu. Essa conta já soma R\$ 15 bilhões para São Paulo, conta que me recuso a pagar", declara Calabi.

Sem poupar palavras às concessões de crédito, o secretário afirma que a prática representa um "escracho" ao sistema tributário brasileiro. "Existe uma concessão aloprada de benefícios fiscais. Os estados ficam sem recursos para pagar suas próprias contas. Existem exemplos claros desses problemas. Como a falta de segurança no Espírito Santo, a de habitação em Pernambuco, ou o pagamento do 13º salário dos servidores em Goiás", denuncia.

**Royalties**

O secretário também não conseguiu digerir os incentivos recentes dados a duas montadoras pelo governo do estado do Rio de Janeiro.

Os benefícios contribuíram, na concepção de Calabi, para que PSA-Citröen e Nissan resolvessem instalar suas fábricas no território fluminense. "Como que o Rio de Janeiro pode financiar 80% do **ICMS** devido em 50 anos e com 30 anos de carência?"

**É um desrespeito", decreta.**

Calabi sugere que uma das fontes alternativas de recursos fluminenses, os royalties pagos pelas companhias petrolíferas, tem desbalanceado a competitividade entre as unidades da federação. "O Rio de Janeiro possui recursos para fazer esses absurdos.

A maior parte dos royalties cobre o buraco. Além disso, recebem boa parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O que é outro absurdo. Enquanto São Paulo recolhe 46% dos tributos federais, recebe apenas 1% do FPE", reclama.

O secretário lembra também que o Congresso Nacional terá de definir a nova tabela com os coeficientes de destinação do FPE até 31 de dezembro, sob o risco do Supremo Tribunal Federal (STF) anular a tabela atual.

**Confaz**

Como secretário da Fazenda, Andrea Calabi integra o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que, segundo Calabi, está próximo de sofrer um "ataque" protagonizado por senadores e secretários de outros estados.

De acordo com o secretário, o projeto de lei concebido pelo Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) será um achar que aos cofres públicos. "Eles querem promover o **desenvolvimento** por meio de benefícios viesados. O que promove crescimento é a estrutura de gastos. Assim, a primeira questão grande se refere à política nacional de **desenvolvimento regional**, o que é atribuição do governo segundo a constituição. É obrigação do **Governo Federal** reduzir as disparidades inter-regionais de renda. A forma de fazê-lo, é ter uma boa política de **desenvolvimento regional**. É do lado do gasto, do financiamento de projetos, não do lado da renúncia de receitas", explica Andrea Calabi.

#### **Benefícios paulistas**

Por fim, o secretário paulista justifica os incentivos fiscais fornecidos por seu estado.

"Nós aceitamos benefícios neutros, que não incidam sobre a arrecadação dos outros estados. Damos benefícios para processos internos e sob a forma de redução da base de cálculo de **ICMS**. Não fornecemos os créditos, como fazem as outras unidades", diz Calabi.

Para ele, existem outras formas de atração de investimentos. "Qualquer região no país possui suas vantagens competitivas, seja no preço do terreno, seja na mão de obra. Esse ataque não é necessário."